

RELATÓRIO 05/2015

23/04/2015

Local: Associação dos Servidores dom MCTI – ASCT

Data: 22 e 23 de abril de 2015

ENTIDADES PRESENTES AFINCA, AFINPI, APOSEN, , ASCON-RJ, ASCON-DF, ASCT, ASSEC-MG, ASSEC-RJ, ASSEC-GO-PO e SindCT.

ATIVIDADES

O Fórum de C&T esteve com a Sra. Emília Curi, Secretária Executiva do MCTI, em reunião que contou com a presença da Deputada Jandira Feghali (PcdoB/RJ), que teve papel insisivo na articulação deste evento. A Deputada mesma iniciou a reunião fazendo as apresentações. Afirmou que acredita que nenhuma reivindicação de servidores deve ser implementada este ano, mas somente a partir do próximo ano. Entretanto, afirmou que, para isso, é preciso tratar do assunto desde já, para prever as despesas na peça orçamentária do ano seguinte. Disse que nas várias conversas que teve com a presidenta Dilma ela sempre tem citado a C&T como uma área importante para a implementação do lema "Pátria Educadora". A Deputada apresentou nossos pleitos à secretária e passou a palavra ao Fórum de C&T.

Foi apresentado à Secretária a dificuldade enfrentada pelo Fórum de C&T de dialogar com o Ministro Aldo Rebelo, com a afirmação de que ele já teria recebido quase toda a comunidade ligada à atividade de CT&I, mas ainda não abriu espaço para a representação dos servidores.

Foi apresentada uma coletânea de temas da preocupação das Carreiras de C&T, do risco de extinção das instituições públicas de pesquisa, pela falta de concursos públicos, frente à constante perda de trabalhadores principalmente por aposentadorias, ou seja, uma situação que não vai cessar. Foi alegado que os gestores das instituições de pesquisa, movidos pela pouca oportunidade de concursos, priorizam a contratação de tecnologistas, em detrimento da contratação de Pesquisadores e de Analistas. Consequentemente, a falta de Analistas de C&T nas instituições obriga que tecnologistas e pesquisadores tenham que cuidar também da administração dos projetos em prejuízo da condução técnica. Algumas situações mais críticas, que envolveram terceirizações para condução de atividades finalísticas, já ocasionaram estabelecimento de Termos de Ajuste de Conduta – TAC, com quase paralização de atividades dos institutos. Foi citada uma estatística geral que dá conta de que houve perda de 50 a 60% da força de trabalho das Carreiras de C&T nos últimos vinte e cinco anos e que até 2020 esta perda chegará a 75%.

A questão salarial foi apresentada sob o aspecto da atratividade para as carreiras e da evasão dos poucos concursados para carreiras menos exigentes (em termos de formação acadêmica) e melhores pagas. O teto de nossa Carreira é alcançado com o título de doutor, o que não acontece com outras carreiras, onde este requisito não é exigido.

A secretária Emília Curi ouviu atentamente à exposição do Fórum de C&T, justificando a falta de agenda do ministro como único motivo de ele ainda não nos ter recebido. Afirmou ser é servidora da Carreira de C&T e de já ter tido oportunidade de participar de várias ações relacionadas à Carreira de C&T. Afirmou que não existe na cabeça do ministro a ideia de extinguir órgãos da Carreira de C&T. Ponderou que é bom não pleitear apenas melhorias salariais, mas também se preocupar com os aspectos institucionais. Afirmou que o MCTI tem menos servidores que o Ministério da Cultura, sem desmerecê-lo. Disse que o ministério está trabalhando no planejamento das atividades de capacitação dos servidores, que a obtenção de títulos de doutor e mestre é importante, mas não basta, que precisa de projetos de capacitação e de melhorias da Carreira. Afirmou que os vários órgãos do MCTI estão muito soltos e desunidos. Afirmou que é preciso conduzir ações no sentido de aquilatar e melhorar a produtividade das instituições e que já se identifica apatia e imobilismo.

O Fórum de C&T concordou com a Secretária e afirmou que o quadro pode ser ainda pior. A idade média elevada dos servidores e a falta de perspectivas de realização profissional tem levado as instituições a um clima de compasso de espera da aposentadoria. Mesmo que não haja a intenção de extinguir nenhuma instituição, este processo está em curso avançado e precisa ser detido.

O Fórum de C&T citou a Nota Informativa número 12 (NI-12) do Ministério do Planejamento que ataca o Conselho do Plano de Carreira de Ciência e Tecnologia (CPC), propondo a sua extinção. O Fórum de C&T se posicionou contra esta iniciativa e reforçou a importância do CPC como instrumento moderno de gestão, que precisa ser reativado. Seria do seu escopo, por exemplo, a regulamentação da licença sabática para capacitação dos servidores e outros dispositivos que precisam ser avaliados e conduzidos. Foi afirmada existência no âmbito do Fórum de C&T uma proposta de estabelecimento de uma Escola de Governo para a área de CTI.

A Secretária Emília Curi ponderou a necessidade de se montar uma agenda de discussão dos vários temas. Para tanto, disponibilizou as sextas-feiras a partir das 16:00 como espaço de sua agenda para reunião com a nossa representação. Afirmou que, a partir destas discussões pode-se estabelecer grupo de trabalho junto à Secretaria, que "documentos que tratam da importância do MCTI e seus órgãos eu tenho toneladas na minha sala. Isso não irá nos ajudar objetivamente". Lembrou dos empecilhos causados pela Lei 8.666 para a área de C&T e para os avanços que virão por conta do "Código Nacional de C&T", PEC 12/14 e PL 2.177, que trará, entre outros benefícios, o Regime Diferenciado de Contratações – RDC. Neste ponto, a Secretária foi apartada pelo Fórum de C&T que alertou para perigos do PL 2.177 frente à fragilidade das instituições públicas de pesquisa. A Secretária Executiva terminou sua fala afirmando que os institutos precisam se preocupar com o que farão daqui a 10 anos, e não ficarem apenas com o que vêm fazendo. Apontou também que as constantes trocas de ministros não é bom para o MCTI, que perde a memória. Afirmou que o ministro Aldo Rebelo tem tomado pé das coisas, está se informando.

O Fórum argumentou que o Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE é um planejamento de longo termo, fonte de planejamento de atividades das instituições executoras, mas que nem por isso tem levado os órgãos executores a este planejamento almejado, a falta de prestígio político que o eleva o Programa Espacial Brasileiro à condição de atividade de Programa de Governo, não propicia esta organização. Falou da necessidade de revisão de algumas iniciativas do MCTI, nem sempre acertivas, citando o caso recente do encerramento da ACS, que trouxe enormes prejuízos ao Programa Espacial Brasileiro.

Por fim, o Fórum de C&T reclamou da postura da chefia de gabinete, que banalisou a busca de proximidade com o Ministro Aldo Rebelo a uma oportunidade de registro fotográfico. Firmou a importância da interlocução do Fórum de C&T com o Ministro Aldo Rebelo, cuja pauta está amplamente explicitada nos documentos já enviados, todos entregues naquele momento à Secretária Emília Curi, relacionados abaixo:

- Primeiro ofício – solicitação de reunião, protocolado no dia 2 de fevereiro;
- Ofício de 8 de abril em repúdio à extinção do CPC (NI-12);
- Ofício de 25 de março;
- Ofício de 10 de março;
- Termo de Acordo 09/12;
- Documento Final da CIPC sobre necessidades de RH;
- Aviso do Ministro Clélio Campolina em apoio às reivindicações do Fórum de C&T.

O Fórum de C&T afirmou que todos os ministros do MCTI apoiaram os pleitos da Carreira de C&T, emitindo avisos. Explicou que, sendo o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação o principal gestor das Carreiras de C&T é que o Fórum de C&T pode trabalhar em busca de apoio dos outros ministros da carreira e dos parlamentares junto ao Ministério do Planejamento.

Ao final da reunião, já nas suas despedidas, a secretária Emília Curi apresentou o novo secretário da SCUP, Dr. Adalberto Fásio.

AÇÕES FUTURAS

Em função da abertura da Secretaria Executiva do MCTI, o Fórum de C&T decidiu pela alteração da agenda fixa de suas reuniões produzida em Manaus. Estabeleceu-se a seguinte agenda de reuniões com a Secretária Emília Curi, que alternam temas gerais de convergência da carreira com outros de especificidade das entidades:

Dias	Entidade
7 e 8 de maio	Fórum de C&T
14 e 15 de maio	ASCT
21 e 22 de maio	Fórum de C&T
28 e 29 de maio	ASCON

Dias	Entidade
4 e 5 de junho	Fórum de C&T
11 e 12 de junho	SINDCT
18 e 19 de junho	Fórum de C&T
25 e 26 de junho	ASSEC

A pauta para a primeira reunião será: Aviso Ministerial; Reunião com o Ministro; Recursos Humanos; CPC – NI 12. A secretaria solicita às entidades que enviem contribuições para o desenvolvimento desta pauta.

Está pendente a decisão do Fórum de C&T Grupos de Trabalho para estudar e propor ações para Escola de Governo e Organizações Sociais e PL 2.177.

Como temas de informes foi citado:

1. Retorno ao trabalho de aposentados que usaram conversão de tempo insalubre, por revisão de ato administrativo constante na ON-15 do Ministério do Planejamento.
2. Ação contra IR sobre abono de férias está sobrestado, aguarda decisão do STF;
3. Macedo proferirá palestra em Audiência Pública do Senado sobre direitos previdenciários, no próximo dia 27, às 9:00;
4. Haverá reunião dos dirigentes das instituições com o ministro na próxima semana.

A secretaria do Fórum de C&T solicitará à Secretária Emília Curi acesso ao relatório sobre quadro geral de RH, produzido pela ASCAV, segundo informações dos dirigentes das instituições.

A secretaria do Fórum de C&T solicitará assento no Fórum do Servidor Federal para as negociações salariais em curso.

CONVOCATÓRIA

A Secretaria convoca reunião do Fórum de C&T para Brasília, nos dias 7 e 8 de maio de 2015, às 10:00, na ASCT.

Pauta: Discutir ações relacionadas a:

- Aviso Ministerial;
- Reunião com o Ministro;
- Recursos Humanos; CPC – NI 12
- Reunião com o Ministro Aldo Rebelo (a confirmar);
- Acompanhar a mobilização do Fórum Geral dos Servidores Federais;
- Definir a criação de Grupos de Trabalho
(PL 2.177 e Escola de Governo - aprofundamento das discussões)